



PRONAF: AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E MULTIFUNCIONALIDADE EM SÃO JOÃO DEL-REI/ MG

PRONAF: PEASANT FAMILY AGRICULTURE, RURAL TERRITORIAL DEVELOPMENT AND MULTIFUNCTIONALITY IN SÃO JOÃO DEL-REI/ MG

PRONAF: LA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA, EL DESARROLLO TERRITORIAL RURAL Y LA MULTIFUNCIONALIDADE EN SÃO JOÃO DEL-REI / MG

Gabriel Max de Oliveira Dias

Mestrando em Geografia pelo PPGEOG da Universidade Federal de São João del-Rei

São João del-Rei MG

gabriel_ervalia@yahoo.com.br

Lígia Maria Brochado de Aguiar

Profa. Dra. do Departamento de Geociências/ PPGEOG Universidade Federal de São João del-Rei
Campus Tancredo Neves, Avenida Visconde do Rio Preto, s/nº - Colônia do Bengo - CEP 36301-360

ligiamaria.baguilar@yahoo.com.br

RESUMO

O município de São João del-Rei, Minas Gerais, apresenta forte participação e influência da agricultura familiar camponesa e produtos regionais. Grande parte dos recursos agrícolas produzidos são consumido na região, além de serem destinados aos centros de distribuição de Belo Horizonte. Apesar de toda sua relevância esta produção apresenta problemas estruturais que vão desde a produção até a comercialização. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise dos resultados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em São João del-Rei, realizada a partir de revisão bibliográfica, busca de dados e informações em fontes do Estado como IBGE e Banco Central do Brasil e trabalho de campo. Conclui-se que o PRONAF é uma política pública estabelecida em 1996 para o desenvolvimento territorial sustentável dos agricultores familiares, mas que permanece setorial; apresenta linhas de financiamento de atividades que não são características do espaço rural significando, portanto, que há uma intencionalidade e o esvaziamento da possibilidade de uma leitura política e ideológica dos conceitos de espaço rural, território e desenvolvimento; voltada para o agricultor familiar camponês e a sua inclusão no mercado através da pluriatividade, porém, a racionalidade deste sujeito está para a reprodução da vida e, não de um negócio. As alterações promovidas no Programa, a partir de 2003 advêm do reconhecimento da necessidade de criação de novas horizontalidades no espaço banal para ampliar a esfera pública e a ação territorializada, de superar a “guerra entre os lugares” e, considerar o circuito inferior da economia como um “campo de possibilidades”.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável; agricultura familiar camponesa; políticas públicas; multifuncionalidade; pluriatividade.

ABSTRACT

The municipality of São João del Rei, Minas Gerais, has a strong participation and influence of peasant family agriculture and regional products. Much of the produced agricultural resources are consumed in the region, and are intended for the Belo Horizonte distribution centers. For all its relevance this production has structural problems ranging from production to marketing. This paper aims to present an analysis of the results of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), in São João del-Rei, made from literature review, data mining and information on state sources such as IBGE and Central Bank Brazil and fieldwork. We conclude that the PRONAF is an established public policy in 1996 for sustainable territorial development of family farmers, but remains sector; It presents activities of credit lines that are not characteristic of the countryside meaning therefore that there is an intentionality and the emptying of the possibility of a political and ideological reading of the concepts of rural areas, territory and development; focused on the family farm peasant and their inclusion in the market through pluriactivity, however, the rationality of this subject is for the reproduction of life and not a business. The changes introduced in the program, from 2003 arises from the recognition of the need to create new horizontality in the banal space to expand the public sphere and territorialized action, to overcome the "war between places" and consider the lower circuit of the economy as a "field of possibilities".

Keywords: Sustainable territorial development; peasant family agriculture; public policy; multifunctionality; pluriactivity.

RESUMEN

El municipio de São João del Rei, Minas Gerais, tiene una participación e influencia de la agricultura familiar campesina y productos regionales fuerte. Gran parte de los recursos agrícolas producidos se consumen en la región, y están destinados a los centros de distribución de Belo Horizonte. A pesar de su relevancia esta producción tiene problemas estructurales que van desde la producción hasta la comercialización. Este documento tiene como objetivo presentar un análisis de los resultados del Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), en São João del-Rei, hecha de revisión de la literatura, la minería de datos y de información sobre las fuentes estatales, como el IBGE y del Banco Central Brasil y el trabajo de campo. Llegamos a la conclusión de que el PRONAF es una política pública establecida en 1996 para el desarrollo territorial sostenible de la agricultura familiar, pero sigue siendo el sector; Presenta actividad de líneas de crédito que no son característicos del campo, por tanto, lo que significa que hay una intencionalidad y el vaciado de la posibilidad de una lectura política e ideológica de los conceptos de zonas rurales, el territorio y el desarrollo; centrado en la granja de la familia campesina y su inclusión en el mercado a través de la pluriactividad, sin embargo, la racionalidad de este tema es para la reproducción de la vida y no un negocio. Los cambios introducidos en el programa, a partir de 2003 se deriva del reconocimiento de la necesidad de crear una nueva horizontalidad en el espacio banal para expandir la esfera pública y la acción territorializada, para superar la "guerra entre lugares" y considerar el circuito inferior de la economía como un "campo de posibilidades".

Palabras clave: El desarrollo sostenible del territorio; agricultura familiar campesina; la política pública; multifuncionalidad; la pluriactividad.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a agricultura brasileira se divide em dois modelos: o modelo do agronegócio e o da agricultura familiar camponesa. Substituindo o trabalho humano por máquinas, o modelo do agronegócio concentra terras, usa agrotóxico e, sementes modificadas geneticamente para aumentar a produtividade e atender o mercado externo, ou seja, utiliza “capital e tecnologias intensivas”. Este modelo que se seguiu à modernização conservadora baseada nos princípios da Revolução Verde tem promovido a re-organização de territórios e territorialidades, espaço em que as relações sociais promovem o sentimento de pertencimento. O modelo da agricultura familiar camponesa, por sua vez, se utiliza do “trabalho” intensivo promovendo as relações econômicas, sociais e culturais do lugar, cujo ponto de referência é o cotidiano, gera emprego e renda, sobretudo, a soberania alimentar.

O modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola proposto pelas políticas públicas para um cenário de concentração fundiária e, principalmente para pequenos proprietários descapitalizados sem acesso ao crédito, assistência técnica, com problemas de comercialização, entre outros, pautou-se no produtivismo para atender as demandas do mercado externo caracterizando-se, portanto, pelas políticas públicas setoriais, cujos objetivos eram a inserção do país na divisão internacional do trabalho.

O espaço rural, no período que de 1960 a 1980, foi organizado setorialmente através de incentivos fiscais e crédito subsidiado para atender os interesses das oligarquias rurais e setores industriais urbanos ligados à agricultura, excluindo das discussões da elaboração das políticas públicas os pequenos proprietários, trabalhadores rurais. A partir da década de 1980, segundo Hespanhol (2010), o cenário internacional, com a crise do petróleo (1973-1979) resultou no fim do “milagre brasileiro”, por conta da redução do crédito no sistema financeiro internacional para a agricultura e, conseqüentemente, agravando a crise econômica e política do Brasil.

A luta pela redemocratização do país em um cenário de déficit público, com redução dos gastos sociais, declaração da moratória da dívida externa exigem a ampliação da esfera pública e dos espaços de participação da sociedade civil. A Constituição de 1988, no sentido de ampliar a governabilidade numa perspectiva neoliberal tornou possível a participação da sociedade organizada na gestão político-administrativa do Estado, desde o seu planejamento, gestão, operacionalização, até a fiscalização de ações e instrumentos para realização do desenvolvimento; o município, por sua vez, constituiu-se como esfera privilegiada da ação pública e institucional (representações e associações da sociedade).

Como consequência, na década de 90, as políticas públicas são delineadas com foco na dimensão territorial e na participação representativa dos produtores rurais e suas formas de participação coletiva. Segundo Hespanhol (2010, p.131) a linha de crédito Infraestrutura e serviços do PRONAF, no período que vai de 1997-2002, é “uma experiência em termos de transição nas políticas públicas do país, de um enfoque marcadamente setorial para a incorporação de uma perspectiva territorial, focada nos municípios”.

Neste período, seguindo tendências europeias, principalmente francesas, a multifuncionalidade na agricultura é considerada como indispensável para as análises do espaço rural brasileiro. Nas novas relações rurais, a multifuncionalidade se destaca através de atividades ligadas ao turismo, à preservação do patrimônio cultural e ambiental, ao lazer, ao comércio, entre diversas outras atividades, ou seja, as práticas agrícolas não são consideradas como as únicas a gerar emprego e renda no campo.

A necessidade de valorizar a agricultura familiar brasileira levou as políticas públicas a considerar o território como “uma variável” quando se “pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente”, por isso, é preciso considerar de qual território estamos falando porque há diferença entre a utilização da categoria território pela Geografia e outras disciplinas acadêmicas como um “conceito de análise” e, a sua utilização no “sentido instrumental e prático”, tal como “aqueles adotados nas abordagens territoriais, sobretudo, àquelas ligadas ao desenvolvimento.” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

As abordagens territoriais, para Schneider e Tartaruga (2004, p. 10), não exigem que se “estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois reconstruídas de forma abstrata e analítica”. Sob este discurso “a-teórico” e de

“neutralidade” criou-se no Brasil o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Analisando a criação deste programa Schneider, Mattei e Cazella destacam que:

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (2004, p.1).

No entanto, com a valorização da agricultura familiar é indispensável ressaltar que os camponeses se apresentam como uma das principais contradições capitalistas estando presente em todo mundo e, no caso brasileiro, continua mesmo após a grande expansão do agronegócio. Nesse trabalho deixamos claro que a agricultura camponesa não está extinta e, por isso, utilizaremos o termo Agricultura Familiar Camponesa.

Os camponeses por apresentarem especificidades no tocante às relações sociais de produção, fruto particular da não separação da figura do proprietário da terra do conjunto da força de trabalho, costumeiramente são reconhecidos nas políticas públicas do governo brasileiro como agricultores familiares, denominação, no mínimo, reducionista, porque focada no econômico em detrimento do modo de vida. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 19)

As iniciativas locais setoriais propostas para a geração de trabalho e renda no espaço rural e urbano passaram a ser “expressão do desenvolvimento local”. Estas experiências localizadas em campos estratégicos das políticas públicas por entidades governamentais ou não estão associadas à descentralização, conforme a Constituição de 1988.

Milton Santos (2001) chamava a nossa atenção para a sobreposição dos espaços dos fluxos sobre os lugares que passam a ser inseridos socialmente de forma excludente nos circuitos produtivos ou se desterritorializam, de forma que os fluxos de informação e de capital estão descolados da vida dos lugares.

Para Silveira as experiências realizadas no Brasil, na segunda metade da década de 90, se diferenciam por trazerem a busca de uma “ação territorializada que não se caracteriza apenas de realizar um projeto, mas de gerar uma matriz de projetos e ações continuadas, a partir da mobilização dos diferentes atores presentes no território.” (SILVEIRA, 2010 p. 54).

No contexto das experiências de participação realizadas durante este período, a construção da esfera pública envolveu a criação de novos modos de organização (principalmente as redes sociais) e de regulação (dinâmicas democrático-participativas) que se distanciam do modelo de desenvolvimento hegemônico, vertical, excludente e concentrador, reproduzidor de desigualdades. A construção e implementação de políticas públicas vão se consolidando através de novos modos de relacionamento que permitem ou tornam possível articulação entre o governo, a sociedade civil e o mercado.

Por isso, pensamos ser fundamental diferenciar o desenvolvimento “local” identificado com o crescimento econômico, também nomeado de “localismo”. A discussão, sobre a elaboração de políticas públicas a partir de um padrão vertical e centralizador impede a necessária articulação dos vários sujeitos que constroem as relações locais ou novas institucionalidades. Não é possível, segundo nosso entendimento, deixar de considerar a “formação socioespacial dos lugares”. O principal obstáculo para as “parcerias integrativas” e a “radicalização democrática”, segundo Silveira está “na reificação das diferenças locais: nas pequenas tiranias, nas pseudorrepresentações e na competição predatória por espaços que são a antítese de territórios.” (2010, p. 56).

A partir 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, o PRONAF se modifica em nível institucional com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial destinada a gerir o PRONAF

Infraestrutura e Serviços, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta linha do PRONAF foi incorporada aos objetivos e linhas do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR). Surge a figura dos Colegiados Territoriais constituídos pelos representantes institucionais públicos, e a sociedade civil (representantes atuantes nos territórios rurais). A escala de atuação deste programa é “intermunicipal”, mas busca ir além da visão municipalista que é “mais propensa à ingerência político-partidária das administrações municipais, tenta-se também considerar as relações e os fluxos que extrapolam o espaço rural em direção ao espaço urbano e o seu entorno”. (HESPANHOL, 2010 p. 137).

Para produzir novos padrões de horizontalidades é necessário incorporar o espaço banal, construir outro *ethos*, diferente daquele estabelecido pelas vantagens competitivas que produz a “guerra entre os lugares”, considerar o circuito inferior da economia porque a realidade é um “campo de possibilidades” onde cabem alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas.

A construção do território como sujeito do desenvolvimento está no reconhecimento de que outros caminhos estão sendo experimentados e que, sobretudo, estes caminhos pressupõem a democracia de base e a articulação em rede.

Para uma análise dos resultados do PRONAF na região proposta é indispensável, explicar sua situação agrícola. A agricultura familiar camponesa é de grande importância no cenário agrícola de São João del-Rei (ver localização do município na Figura 1), apesar de ocorrer a existência de grandes propriedades, com produção especializada em algumas culturas, a agricultura familiar se destaca, principalmente, pela produção de diversos grãos como milho e feijão, produção de hortaliças, frutas, criação de suínos e aves, além da pecuária, lembrando que São João del-Rei foi importante bacia leiteira e, essa tradição tem sido importante para a reestruturação do setor.

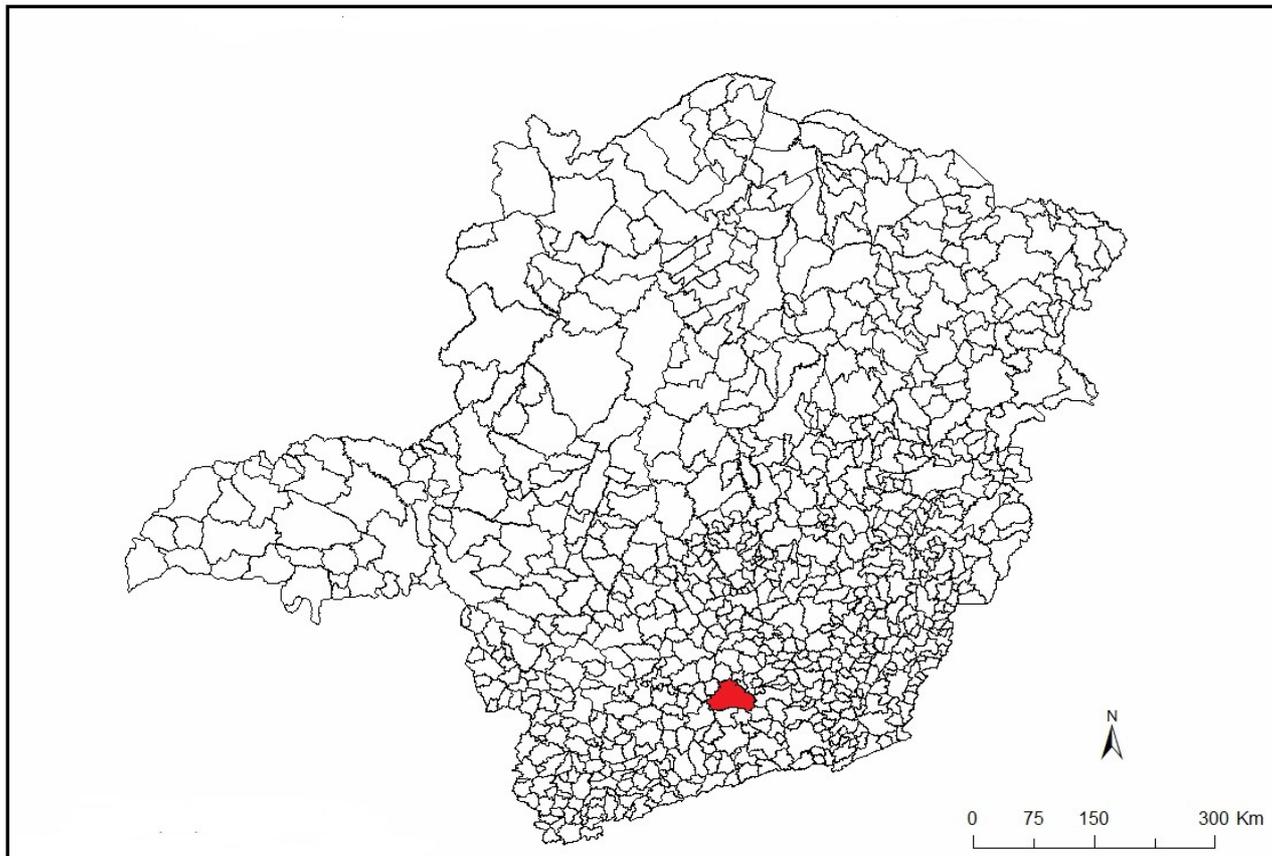


Figura 1 - Município de São João del-Rei na mesorregião do Campo das Vertentes do estado de Minas Gerais-
Fonte: Adaptado do IBGE Cidades.

Grande parte dos produtos, principalmente os grãos são comercializados por atacadistas. Os hortifrúts são destinados ao comércio local. Sua comercialização é realizada, no varejo, pelos próprios produtores em espaços como a Feira do Produtor Rural, no Mercado Municipal, mercadinhos e quitandas, além de serem

fornecidos às Escolas e aos Hospitais através de programas públicos específicos. Alguns produtores conseguem vender seus produtos diretamente para determinados supermercados, principalmente os de rede municipal, porém a dificuldade se encontra em manter o fornecimento contínuo exigindo com que estes tenham suas atividades bem estruturadas, excluindo assim aqueles com estruturas menos eficientes. A figura do atravessador ou intermediário aparece quando o excedente, que representa a maior parte da produção não consegue colocação no mercado local. As Centrais de Abastecimentos (CEASAs), criadas a partir de políticas do Estado definem-se como entrepostos de comercialização, determinam preços, escalas comerciais e padrões de comercialização sendo a CEASA de Belo Horizonte, o destino dado pelos agentes privados para os produtos agrícolas são-joanenses.

O fato dos supermercados, principalmente os de rede estadual preferirem os produtos de grandes produtores ou através das centrais de distribuição, pode fazer com que excedentes da agricultura familiar camponesa façam um “passeio” até a CEASA de Belo Horizonte para agregar valor, por meio da “qualidade dos serviços prestados” pelo “atacadista distribuidor” que continua sendo um atravessador, intermediário, cujo lucro tem origem na capacidade de comprar grandes estoques de mercadorias e revendê-los a preços maiores. Segundo Xavier e Castillo (2011, 15): “fazer as mercadorias circularem, não basta. É preciso realizar essa tarefa de tal forma que a ela seja agregado um valor de qualidade associado à eficácia com que ela é feita”.

Para Vilela (1999, p. 43), a ampliação da estrutura da cadeia produtiva agrícola, em várias etapas: fornecedores de insumos, sistemas produtivos, agroindústria, atacadista e varejista, mercado consumidor agrega outros setores como o de serviços, tanto àqueles voltados para a produção, no caso da terceirização, quanto de pessoas, personalização, a logística (distribuição), o marketing. Entre as consequências destaca-se o aumento do preço dos produtos que chegam ao consumidor, em relação ao preço pago para o produtor.

O destino dado aos produtos pelo atravessador são, preferencialmente, as redes de supermercados que podem ser considerados como os “nós” da rede de comercialização dos produtos agrícolas. Incorporando a automação comercial e a implementação de novas tecnologias de informação e de comunicação, as redes de supermercados tornam-se exigentes quanto à qualidade, quantidade e preço em relação aos produtos agrícolas no momento de sua compra realizada via atravessador, nos casos que investigamos em São João del-Rei.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de São João del-Rei tinha uma população de 84.469 habitantes, destes 5,46% ou 4612 pessoas vivem na zona rural do município. Ainda segundo o IBGE, mas pelo Censo Agropecuário de 2006, o número de pessoas ocupadas em atividades rurais em 31/12/2006 era de 2.523 trabalhadores.

Apesar da agricultura familiar camponesa se reproduzir no município, os problemas enfrentados estão ligados principalmente, à comercialização e a adequação dos produtos ao mercado. Pontuando alguns obstáculos destes produtores na microrregião, o diagnóstico rural da microrregião de São João del-Rei elaborado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), apontam que os principais problemas estão no:

[...] baixo grau de associativismo, cooperativismo, pequenas propriedades, baixa fertilidade do solo, degradação ambiental (voçorocas, retirada de vegetação original, assoreamento dos cursos de água), a assistência técnica não chega ao produtor, pouca diversificação de atividades com predomínio da atividade leiteira, pouca disponibilidade de mão-de-obra rural, agroindústria concentrada no setor de laticínios, municípios dependentes do Fundo de Participação dos Municípios, portanto, prefeituras descapitalizadas, escolas rurais desativadas, deficiência do sistema de comercialização. (EPAMIG, 2010, p.25).

Como exposto na Tabela 1, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 constata-se que São João del-Rei possui 814 estabelecimentos (82,4%) caracterizados como de agricultura familiar, que juntos somam 22648 hectares (47,5%); já a agricultura não familiar é constituída por 174 estabelecimentos (17,6%), somando um total de 25027 hectares (52,5%).

Tipos de Agricultura	Agricultura Familiar	Agricultura Não Familiar
Total de Propriedades	814	174
Total de Propriedades (%)	82,4%	17,6%
Área total das propriedades em há.	22.648	25.027
Área total das propriedades (%)	47,5%	52,5%

Tabela 1-

Estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar e não familiar em São João del-Rei em 2006- Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário de 2006.

Mesmo com a agricultura não familiar concentrando maior parte das terras agrícolas, a concentração fundiária são-joanense ocorre em menor intensidade comparada a outras regiões brasileiras, como no sudeste, onde segundo o Censo Agropecuário de 2006 a agricultura familiar possui 75,9% dos estabelecimentos rurais, porém, o somatório dessas terras representa apenas 23,2% das áreas agrícolas. Referindo-se a esta concentração fundiária no Brasil, que vem cada vez mais propiciando a concentração dos patrimônios naturais nas mãos de poucos, Alentejano diz que:

[...] quando se trata o agro como mero negócio (agronegócio) a terra é de fato mera mercadoria que pode ser transacionada sem maiores preocupações, diferentemente de quando o agro é lugar de vida (agricultura) e a terra, portanto, não é uma mera mercadoria. (ALENTEJANO, 2011, p.73)

2. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÍCOLA BRASILEIRA

A transformação da estrutura agrícola brasileira, nas décadas de 60 e 70, baseou-se na tecnificação das propriedades rurais. O modelo de produção agrícola considerado atrasado resultou na “modernização conservadora” sob os princípios da Revolução Verde. A base produtiva familiar tradicional sendo “atrasada” incapaz de “autossuficiência” precisava da técnica, ou seja, da produção até a comercialização as políticas públicas de desenvolvimento agrícola e os seus projetos deveriam estar pautados em um novo padrão técnico e produtivo que ao completar o seu ciclo subordinaria ainda mais a base produtiva familiar expropriando o valor da sua produção. O objetivo da modernização agrícola era aumentar a lucratividade da indústria de insumos e implementos agrícolas, portanto, do capital industrial.

Com a modernização da agricultura o Brasil transformou-se não só em um dos maiores produtores, como exportador de *commodities*, matérias-primas; paralelamente toda essa eficiência técnica do agronegócio resultou em uma sociedade, cada vez mais, desigual e injusta. Modelo concentrador de terras promoveu a exclusão dos agricultores familiares de base camponesa, dando origem aos sem-terra. Modelo baseado na eficiência produtivista utilizou intensivamente produtos agroquímicos, a exploração extrativista, a emissão de resíduos, reduziu a biodiversidade expandindo a fronteira agrícola da monocultura.

Talvez os conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade presentes nas políticas públicas tenham alguma utilidade como alternativa de participação social e econômica, no aumento da geração de empregos para esses agricultores, onde grande parte destes vive de uma economia de subsistência, comercialização de excedentes, do assistencialismo e atividades que podemos chamar complementares, ou seja, atividades que permitem a inserção econômica por outra via que não a prática agrícola, além daqueles historicamente excluídos do campo.

Alternativa que se coloca com a aplicação desses conceitos através das políticas públicas é a valorização da agroecologia, eticamente sustentável do ponto de vista social e ecológico. Estamos dizendo conceitualmente, João Rua (2005) em seus estudos na Serra Fluminense verificou que não é exatamente isso que acontece.

Agricultor em tempo parcial, atividades não agrícolas e pluriatividade se transformaram em questões importantes para o desenvolvimento nos Estados Unidos da América e na Europa. No Brasil, desde a década de 90, vários autores pesquisam o surgimento de atividades não agrícolas entre agricultores familiares de base camponesa como forma de complementar a renda conforme Alves, 2002; Anjos 2003, (apud MARAFON, 2006).

Segundo Marafon (2006) práticas agrícolas associadas a outras atividades não é uma “situação nova”, sempre estiveram presentes como estratégia de complementação ou para aumentar a renda familiar. Estas atividades extras agrícolas são características de alguns agricultores familiares camponeses, que diversificam a sua produção e promovem pequenos beneficiamentos de seus produtos na propriedade, etc.

Por outro lado, novas formas de desenvolvimento urbano e rural surgem com a expansão urbana com o fluxo de populações do campo para a cidade em busca de escolas, emprego, lazer, saúde e serviços; também da cidade para o campo a procura de atividades de lazer, turismo, moradias, etc. Estes fluxos geram a necessidade de prestação de serviços, tanto em atividades típicas do campo, como na construção civil para atender as novas demandas originadas pelos novos sujeitos que ocupam o “novo rural”, segundo Graziano da Silva (2002) que chama a atenção para a sua urbanização e, portanto, para o fenômeno da “desidentificação” do meio rural com a agricultura. Os agricultores familiares que não se inserem nos circuitos espaciais e círculos de cooperação do agronegócio (SANTOS; SILVEIRA, 2006) precisam obrigatoriamente encontrar alternativas para permanecer no campo.

Rua (2006, p.85) defende a idéia de que não há um “novo rural”, que a “visão produtivista” se mantém, “mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e rural e entre a cidade e o campo”. Além de mercadorias e de gerar renda, a natureza e as “atratividades” que o espaço rural contém passaram a ser exploradas transformando-se em mercadorias também valiosas. A visão produtivista permanece, mas João Rua (2006) afirma que não se trata de um “novo rural”, mas de “novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e rural e entre a cidade e o campo”, portanto, diferentemente de Graziano (2002), não se trata de uma “urbanização do rural”, mas “urbanidades no rural”.

A urbanização do rural levaria a um desaparecimento do espaço rural que se tornaria urbano. No caso das “urbanidades no rural”, haveria o aparecimento de um território híbrido, que guardaria as características das práticas espaciais rurais.

Schneider (2003), através de dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrou que, entre 1980 e 1996, países como Estados Unidos, França, Austrália, Japão entre outros, tiveram as taxas de crescimento anual do emprego agrícola negativas, enquanto as taxas de crescimento dos empregos não agrícolas se mostraram positivas. As causas da emergência de atividades não agrícolas nestes países desenvolvidos, segundo Schneider (2003) estariam: na modernização tecnológica que liberaria mão de obra para outras atividades; a queda na renda agrícola; as políticas públicas que buscam destacar a importância da multifuncionalidade do espaço agrário; a dinâmica do mercado de trabalho não agrícola caracterizada pelos processos de descentralização industrial em áreas rurais; e a própria pluriatividade como característica da agricultura familiar, onde famílias sempre desempenham atividades não agrícolas nas propriedades.

3. DISCUSSÃO

Segundo o Manual do Crédito Rural de 2013, o PRONAF beneficia produtores do segmento agropecuário ou não, dependendo das especificidades regionais que se encontram em diversas situações de uso da terra podendo ser proprietários, posseiros, arrendatários, comodatários, parceiros, concessionários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionários de áreas públicas, desde que estes residam no estabelecimento rural ou em local próximo, entretanto, são consideradas as características regionais para este critério, desde que a propriedade possua no máximo 4 módulos fiscais para atividades agrícolas, chegando a 6 para as atividades de pecuária.

A renda familiar bruta tem que ser no mínimo 50% da exploração agropecuária e não agropecuária dependendo da atividade exercida que, não pode passar o teto máximo de trezentos e sessenta mil reais nos

últimos 12 meses de produção normal, isto correspondendo à soma de 100% do valor bruto de produção, 100% do valor de receita de entidade integradora e das demais rendas recebidas por qualquer componente da família. O trabalho familiar tem que ser predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter empregados permanentes, desde que em número menor aos de pessoas da família envolvidas na atividade, também é permitida a contratação de terceiros em caso de exigências sazonais da atividade agropecuária.

O PRONAF oferece seus créditos através de 12 linhas de créditos, devido à heterogeneidade da agricultura familiar camponesa no Brasil, em geral estas financiam a produção agrícola, que são os créditos de custeio, auxiliando na compra de sementes, fertilizantes, gastos para a preparação do solo, entre outros, já as linhas de investimento caracterizam-se por financiar principalmente a compra ou melhoramento da infraestrutura da propriedade, como construção ou ampliação de currais, galpões, sistema de irrigação, etc. e também na compra de tratores, implementos agrícolas, caminhonetes, caminhões entre outros e as linhas de comercialização, beneficiam cooperativas ou associações de agricultores familiares, objetivando melhorar suas estruturas beneficiando um conjunto de famílias. Também existem as linhas de créditos específicas para determinados agricultores/camponeses, como os PRONAFs mulher e jovem, além das ligadas às atividades florestais, pesqueiras e extrativistas, e as que têm por objetivo promover a diminuição dos impactos ambientais gerados pela propriedade.

O Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil disponibiliza os números e valores de financiamentos do PRONAF, a partir de 1999 divididos por finalidades de financiamentos. A partir da análise das Figuras 2 e 3, constata-se que o somatório dos valores dos empréstimos de custeio e investimento, a partir de 1999, ocorreu com poucas oscilações de queda, mantendo-se um crescimento praticamente contínuo, tal situação não ocorreu com os números de contratos, quando no ano de 2006, foi o período em que se deu o maior número; nos anos seguintes, houve uma grande queda que não foi revertida.

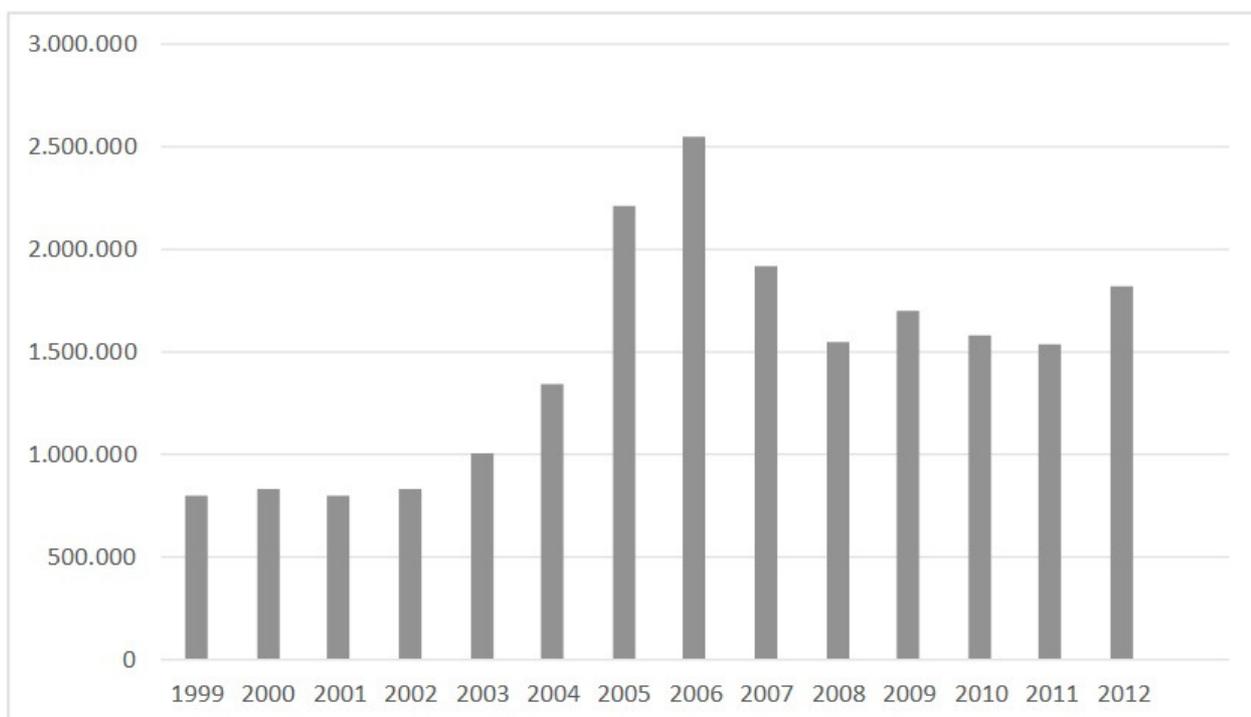


Figura 2– Número de contratos do PRONAF concedidos de 1999 a 2012-
Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do Crédito Rural.

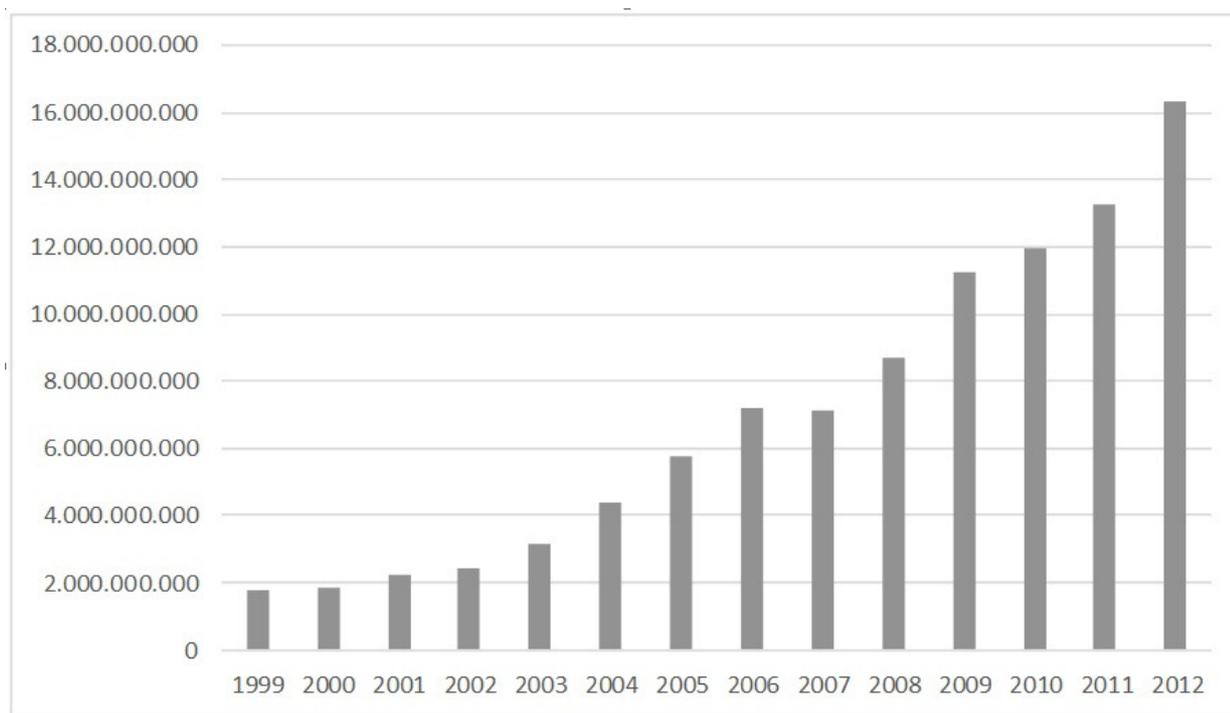


Figura 3- Valores em reais, dos financiamentos do PRONAF concedidos de 1999 a 2012-
 Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Este crescimento constante dos valores dos empréstimos do PRONAF, não acompanhado do número de contratos pode ser uma evidência de que o programa vem se concentrando na mão de determinados grupos de produtores familiares e, excluindo outros. Entretanto é indispensável salientar que de 1999 a 2012, o programa teve um crescimento considerável, tanto em valores, quanto em números de empréstimos.

A Tabela 2 destaca a participação do PRONAF no Crédito Rural do município de São João del-Rei, no ano 2012. Nesta, observa-se que o programa possui aproximadamente 42% do total de contrato dos empréstimos e 13% dos valores. Tal situação evidencia que a agricultura não familiar, ainda é a maior beneficiada dos empréstimos concedidos pelo Estado brasileiro, como já mostrado anteriormente, o total destes proprietários em São João del-Rei é de apenas 17,6%, concentrando 52,5% das terras.

	Total de Financiamento do Crédito Rural	Financiamentos do PRONAF
Número de Contratos	365	154
Valor Total dos Contratos	24.833.172,85	3.252.843,84

Tabela- 2 Número e valores em reais, do credito rural e do PRONAF para o município de São João del-Rei em 2012- Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Em busca de um melhor entendimento sobre os resultados do PRONAF foi realizado trabalho de campo em propriedades do município, deste trabalho destacaremos o de duas famílias descendentes de italianos que foram escolhidas devido à disponibilidade e, pelo fato de uma fazerem parte da Feira do Produtor Rural da cidade, que tem como propósito de criar um espaço para os pequenos produtores, da cidade, comercializarem seus produtos e, a outra por indicação de um conhecido da família.

A dinâmica multifuncional da primeira propriedade visitada é muito peculiar, devido sua organização interna na divisão dos trabalhos, sendo constituída por três irmãos e as atividades divididas entre eles. Assim, um fica responsável pelos hortifrúteis, outro pelas vacas que produzem leite, que é vendido em natura ou

beneficiado em queijos minas, já o terceiro é responsável pela comercialização dos produtos, outro ponto interessante é que uma das esposas dedica-se a produção de verduras de maneira independente do restante dos envolvidos.

Questionados pelo destino de seus produtos, eles relataram que a maior parte fica na própria cidade, principalmente para os mercadinhos e quitandas, mercado municipal e dois hospitais locais e escolas municipais. Quanto à feira, essa foi destacada como primordial na comercialização dos produtos, apesar de apresentarem algumas críticas sobre a sua organização, pois alguns produtores praticam uma concorrência desleal causando desvalorização dos produtos; também existem aqueles que não são produtores, mas, comerciantes de produtos da CEASA. Segundo estes agricultores, os preços dos produtos são calculados a partir da tabela da CEASA-BH podendo haver variações e, quanto aos produtos não absorvidos pelo mercado local, são destinados a este grande centro de abastecimento, via atravessador que, controlam a colocação destes produtos nos supermercados locais.

Sobre os benefícios da disponibilidade de crédito do PRONAF, a resposta foi a já esperada: a burocracia é muito grande. Brincando, um produtor disse que: “foi preciso levar um caminhão de papel para comprar um trator”, também destacaram que é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) que se compromete em elaborar os projetos, mas que, mesmo assim, é muito complicado conseguir os financiamentos e, por este motivo o único adquirido recentemente, foi para a compra de um trator, pois pelo seu alto valor era inviável comprar à vista e, a proposta desta política pública “era boa”, os juros são muito baixos e dez anos para pagarem, com dois de carência, entretanto, também destacaram que evitam adquirir esses créditos por medo de não conseguirem honrar as dívidas. Além deste financiamento de investimento eles relataram que adquirem créditos de custeio todos os anos.

Outro ponto observado foram as críticas a outras ações através de órgãos do Estado para beneficiarem os pequenos agricultores, o maior destaque fica por conta da precariedade dos serviços prestados pela EMATER-MG, e pela conservação das estradas vicinais que em alguns períodos de chuva não são trafegáveis.

Como contraponto a esta primeira propriedade, a segunda em que realizamos trabalho de campo, não se encontra na mesma região da cidade apresentando características muito diferentes, embora a multifuncionalidade esteja presente. Os produtores trabalham de maneira mais tradicional, sem utilizar de tecnologias como tratores, agrotóxicos, sistemas de irrigação, entre outras.

Produzem uma grande variedade de produtos entre elas mandioca, verduras, abacate, feijão, jabuticaba, legumes como cenouras e batata-doce, entre outros. Além desses produtos eles possuem um alambique no qual fabricam cachaça de maneira artesanal.

Apesar da diversidade da produção os camponeses de base familiar desta propriedade disseram que a comercialização é dificultada pela preferência do comércio local por mercadorias de produtores maiores, ou da CEASA, e deste modo foram diminuindo a produção passando a vender suas mercadorias para pessoas, ou comerciantes que os procuram na propriedade. Nessa propriedade todos os que trabalham são aposentados, ou seja, tem outra fonte de renda caracterizando a pluriatividade.

Sobre a obtenção de financiamentos do PRONAF, esta família diz que nunca utilizaram, principalmente pelo “temor de entrar” em dívidas; já sobre outros serviços disponibilizados pelo Estado disseram desconhecer e, que também, não recebem nenhum tipo de assistência técnica e auxílio da EMATER-MG, além de não conhecerem a EPAMIG que tem sua sede situada, em torno de 2 km da propriedade.

Outro ponto, crucial para o desenvolvimento territorial rural sustentável está relacionada à educação dos jovens provenientes destas áreas, no caso das famílias visitadas a solução encontrada por estas pessoas é matricular seus filhos nas escolas urbanas, pois a proximidade da sede do município é a alternativa mais barata para o poder público.

Em algumas outras áreas rurais os alunos são encaminhados para escolas rurais, muitas vezes nucleadas, em alguns casos se encontram em distritos com uma concentração populacional maior. Entretanto, em qualquer uma destas escolas os alunos vão encontrar um currículo baseado na realidade da vida urbana, não valorizando suas identidades e conhecimentos prévios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São João del-Rei é um município com estrutura rural característica da agricultura familiar camponesa fornecendo alimentos e movimentando significativamente a economia local. Entretanto, esta classe de trabalhadores tem problemas estruturais em sua produção como a falta de terras, de assistência técnica, sobretudo na comercialização. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE a contribuição do setor agropecuário no Produto Interno Bruto (PIB) do município é de 4,8% e o valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes rurais é de R\$ 287,50.

Como o PRONAF tem entre suas finalidades aumentar a produtividade, o emprego e a renda no campo, a partir de concessão de crédito com baixas taxas de juros e, longo prazo de pagamento promovendo mecanismos de integração solidária horizontal esperava-se encontrar melhores resultados e, mais produtores adeptos ao programa. Porém, o crédito disponibilizado pelo PRONAF serve para aqueles que têm terra, conseguem produzir excedentes e colocá-los no mercado.

Para que o objetivo do PRONAF de desenvolver de forma sustentável a agricultura familiar camponesa se concretize é necessário investir em longo prazo, no entanto, a assistência técnica está muito voltada para o produtivismo, em resultados imediatos, o que está na contramão da melhoria das condições socioeconômicas da agricultura familiar camponesa que exige um prazo maior porque devem estar vinculadas a práticas agroecológicas, ou seja, à multifuncionalidade, a processos produtivos sustentáveis e solidários, isto é, baseados numa rede de relações de trabalho comunitário.

Entretanto, o PRONAF tem se apresentado como uma política individualista e de exclusão resultando para os produtores adeptos, na maioria dos casos, a inserção destes nas dinâmicas neoliberais, de maneira desleal, pois suas políticas estão em grande parte voltadas apenas para o crescimento da produção através da sua modernização técnica, inserindo os agricultores familiares camponeses no mercado com o objetivo de gerar renda para a família, entretanto, inserir estes agricultores neste mercado voraz contribui, ainda mais, no enfraquecimento desta classe.

Aumentar a renda no campo é um projeto que não pode ser desprezado quanto aos benefícios que geraria para agricultura familiar camponesa, porém seriam necessários outros mecanismos que propiciassem condições mais justas para a comercialização desses produtos, como política de preços e de inserção no mercado que eliminasse o atravessador/intermediário, o atacadista.

Em Singer (1997); Arruda (1998); Coraggio (1998; 1999) a solidariedade, no seu aspecto colaborativo depende de valores culturais, éticos, morais que estão no centro da atividade econômica independente da acumulação privada da riqueza. Entretanto, foi cada vez mais evidenciado ao longo da pesquisa, que o simples fato de fornecer crédito à agricultura familiar camponesa, não resolverá os problemas desta classe, pois esta necessita de toda uma cadeia de apoio, a começar por uma assistência técnica e extensão rural de boa qualidade que valorizem as características de cada produtor em distintas regiões, não simplesmente repassando as técnicas utilizadas em grandes propriedades especializadas, a conservação de estradas vicinais para facilitar e possibilitar o transporte de mercadorias, incentivo às associações e cooperativas de agricultores familiares, entre diversas outras ações, que juntas poderiam resultar no fortalecimento desta classe.

Linhas de financiamento como o PRONAF Mulher que estimula o artesanato e pequenos beneficiamentos de alimentos, PRONAF Jovem, PRONAF Turismo Rural, PRONAF Agroecologia, PRONAF Infraestrutura, PRONAF Capacitação, PRONAF Floresta, PRONAF Semi-Árido, além de incentivos à extensão rural e à pequena agroindustrialização de produtos agrícolas, estímulos a práticas associativas dos produtores, e fornecimento de créditos diferenciados (PRONAF, 2005) são iniciativas que procuram superar as “limitações e distorções” encontradas.

Com todas as ações diretas na produção desta agricultura é de extrema importância repensar o modelo de ensino brasileiro, principalmente aquele voltado para as populações do campo construindo um currículo que valorize a realidade de cada aluno, de modo que num futuro próximo possa contribuir para a maior permanência desta classe no campo propiciada por uma melhoria na qualidade de vida e trabalho.

Deste modo, o PRONAF, apesar de já beneficiar alguns produtores poderia ser uma política pública estruturante que promovesse o desenvolvimento territorial rural sustentável, desde que o agricultor familiar

camponês fosse estimulado e auxiliado para tal finalidade, valorizando não apenas a inserção desses pequenos produtores nas dinâmicas do agronegócio, mas possibilitando a reprodução desta classe valorizando as suas especificidades sociais, culturais e regionais.

A permanência desta população rural que investigamos nesta região de São João del-Rei resulta da imigração italiana ocorrida, principalmente no final do séc. XIX e início do sec. XX permitindo caracterizá-las como agricultura familiar e camponesa. Grande número de jovens permanece nas propriedades, porém, a permanência no campo, não significa mais lugar de produção agrícola.

A permanência dos jovens no campo é justificada pela proximidade com a cidade e o acesso à escola, e outros equipamentos urbanos, outras opções de melhoria da renda familiar, além da possibilidade de outras rotinas diárias de trabalho que não o da roça, permanecendo no campo apenas nos finais de semana. O que vale também para aposentados, outras atividades na cidade, ou no próprio campo em serviços domésticos, ou próprios do campo em chácaras destinadas ao lazer, mesmo na indústria, no pequeno comércio, o que garante a tranqüilidade para a prática das atividades agrícolas, o que não dispensa a multifuncionalidade para garantir a reprodução da propriedade nas comunidades pesquisadas, que reclamam muito da pouca presença das orientações dadas pelos órgãos governamentais de extensão para o melhoramento do desenvolvimento agrícola, de produtos processados e artesanais.

As alternativas de geração de renda no setor agrícola se reduzem à Feira do Produtor Rural, onde sofrem a concorrência de comerciantes não produtores que compram suas mercadorias no CEASA de Belo Horizonte, Minas Gerais. Entre os programas governamentais de auxílio à agricultura pode-se citar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação de Escolar) como sendo os mais acessados pelos agricultores familiares. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo acabar com a fome e a pobreza do país e, também, fortalecer a agricultura familiar. Estes alimentos são adquiridos por um preço justo, visto que se baseia nos preços do mercado local – fazendo com que se evite exploração por parte do governo e por parte do agricultor valorizando o produto proveniente da agricultura familiar. Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma iniciativa também do Governo Federal, mas que não é voltada exclusivamente para a agricultura, contudo os agricultores familiares também conseguem ter acesso a esta dinâmica e participar da distribuição dos alimentos. Vale lembrar que apenas o PNAE realmente se materializa no município em questão.

A multifuncionalidade é uma característica da agricultura familiar camponesa em oposição à monocultura do agronegócio. Na agroindústria familiar, as cadeias curtas de produção e comercialização, o turismo rural, entre outras atividades ainda não conseguem promover o desenvolvimento rural e, nem mesmo garante o sustento das famílias camponesas sendo necessárias as políticas públicas diferenciadas para esta categoria (GAVIOLI e COSTA, 2011). Também para Abramovay (2003) as políticas públicas são necessárias para que o agricultor familiar adquira capacidade estratégica de investimento, sobretudo de acesso ao mercado.

Estevam (2013, p.8) considera como estratégicas para o desenvolvimento regional e para a inserção no mercado, as cadeias curtas de comercialização de alimentos, principalmente para os produtos tradicionais. Os autores destacam: “[...] para que essa estratégia obtenha êxito deve haver forte revalorização da produção dos agricultores familiares, o que pode se dar por meio de intervenção do Estado, da aproximação produção-consumo e da ação de movimentos sociais”.

Três pontos nos parecem importantes para finalizar: o primeiro, que é preciso reconhecer que sob a categoria agricultura familiar há uma ampla diferenciação, que inclui o camponês. O segundo ponto, refere-se à multifuncionalidade e a pluriatividade. As políticas agrícolas não se realizam porque não há como resolver o problema do espaço rural brasileiro sem resolver suas contradições. A questão não se resume apenas ao crédito, mas no combate a pobreza que se verifica no campo, na Reforma Agrária e infraestrutura que permita aos camponeses sobreviverem com dignidade do seu trabalho na terra. A produtividade social deve prevalecer sobre produtividade econômica e, o consumo deve estar para as necessidades do bem estar coletivo com e não sobrepor-se às necessidades do sistema produtivo. (SANTOS, 2008 p. 373)

Cristoffoli (2010 p. 260) considera que entre os desafios existentes, o primeiro está em combinar

créditos indutores de desenvolvimento sustentável com formação e capacitação. Elevados índices de alfabetização, baixa escolarização e qualificação técnico-produtiva dos assentamentos dificulta a implantação de sistemas produtivos agroecológicos; em segundo, os assentamentos estão localizados nas piores áreas, aquelas que não valem a pena o capital produtivo investir, em razão da remuneração da renda absoluta da terra e dos fatores de produção; terceiro, a reforma agrária via assentamentos, apesar de concentrar-se em “regiões deprimidas”, a produtividade do trabalho e da terra ser baixa em relação à média regional, a “produção global por unidade de área atingida por um número significativo de famílias compensa essa desvantagem por meio de estratégias de diversificação produtiva”.

Portanto, segundo Cristofolli (2010) a reforma agrária é estratégica para o desenvolvimento econômico local-regional ou das regiões agrárias, também é importante para a mudança de correlação de forças sociais e políticas, desde que, o conceito de desenvolvimento seja desconstruído porque segundo Gómez (2006) tem funcionado como uma espécie de crença e:

Um negócio para empresas articuladas, instituições financeiras que gerenciam os fundos e as dívidas de que os programas de desenvolvimento precisam e geram, para os institutos de pesquisa e universidades que são contratadas para realizar estudos, para as ONGs que, cada vez mais, são parceiras nos programas de desenvolvimento, para as instituições internacionais, que apresentam o desenvolvimento como uma ajuda altruísta, para os governos dos países destinatários dos recursos, que dispõem de liquidez para executar suas políticas sem responsabilizar-se pela dívida que vai aumentando. Enfim, o desenvolvimento é um empreendimento vantajoso para muitos, mas nefasto para a grande maioria da população dos países que recebem ajudas para o desenvolvimento.

A valorização da agricultura familiar camponesa através da adoção de um modelo territorial e não setorial constitui um avanço quando pressupõe a diversificação da economia local/regional, sobretudo, a Reforma Agrária aprofundando o debate sobre qual modelo tecnológico, produtivo e organizacional se adequa às necessidades da agricultura familiar e dos assentamentos já existentes.

Uma sociedade em rede, do ponto de vista da lógica hierárquica ou das conexões lineares, fragmenta e segrega territórios, mas, se considerarmos a natureza democrática, aberta e emancipatória da rede, esta pode “ativar um processo molecular e subterrâneo” de territorializações e territorialidades que, ao contrário das privatizações e terceirizações do Estado, transformam “os olhares da sociedade em poderes da sociedade, em poderes de formular, intervir e realizar no terreno público.” (SILVEIRA, 2010 p. 14)

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Odete. *Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência: O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará. Revista Raízes*, v.21, n.1, 2002.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. Fortaleza, 2003. In: Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural E Democracia, 2003, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: 2003, p. 2-34.
- ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia, *Terra Livre*, São Paulo, Vol.1, n.36, 2011 p.73.
- Anuário Estatístico do Crédito Rural, *Banco Central do Brasil*, Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL/Acesso> em 12 mar. 2016.
- BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário*. Disponível em: www.mda.gov.br/Acesso em 12 mar. 2016.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S., *Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no*



Brasil, Mauad X, Rio de Janeiro, 2009, p. 53.

CRISTOFFOLI, P. I. A luta pela terra e o desenvolvimento local. IN: *Políticas Para O Desenvolvimento Local*. DOWBOR, L. e Pochmann (orgs.). Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2010.

ESTEVAM, D. de O., et. al. Cooperativas descentralizadas (ou virtuais): (Re)conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização. *Anais do X Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social*. Rio de Janeiro, 2013.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M.I B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região e Araraquara (SP). *Revista Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v.49, n.2, p. 449-472, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP. 2002.

GÓMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des) construção: Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. *Tese*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente prudente, 2006.

HESPAHOL, R. A. M. A Adoção da Perspectiva Territorial nas Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil, *Campo Território: revista de geografia agrária*, v.5, n.10, p. 123-147. 2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Senso Agropecuário 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> (Acesso em Junho de 2014)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Senso Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=316250&search=minas-gerais/sao-joao-del-rei/Acesso> em maio de 2015

Manual do Credito Rural, *Cap. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – 10 Seção Disposições Gerais*. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/Acesso> em maio de 2015

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural; reflexões a partir do território fluminense. *Campo Território*, Uberlândia, v. 1, p. 17- 60, 2006.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A., A eficiência camponesa no Brasil: estudo comparativo, *Terra Livre*, São Paulo, V.2, n. 35, 2010, p. 19.

PELEGRINI, D. F., et. al., Diagnóstico rural da microrregião de São João del-Rei, MG. Belo Horizonte: **EPAMIG**, *Documentos*. 2010.

RUA, JOAO. Urbanidades no rural em um trecho da região serrana fluminense - a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: *I Encontro de Grupos de Pesquisa*, Rio de Janeiro. 2005.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-território: Revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006

SANTOS, M. *O espaço dividido*. EDUSP, São Paulo, 2008.

SANTOS, M. *Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro 2001. Campina Grande, Vol 23, nº 01 e 02, p. 99-117, jan-dez 2004.

SANTOS M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, Rio de Janeiro, 2006.

SCHNEIDER, S. TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos rurais. Raízes; Revista de Ciências Sociais, Campina Grande/Paraíba, Universidade Federal

SCHNEIDER, S. MATTEI, L. CAZELLA, A. A. *Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004.

SILVEIRA, C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. IN:



Políticas Para o Desenvolvimento Local. DOWBOR, L. e Pochmann (orgs.). Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2010.

SINGER, P, et. al., Economia Solidária: geração e alternativa ao liberalismo. *Proposta*. São Paulo, nº 72, p. 6 - 13,1997.

VILELA, S. L. de O. Globalização e emergência de múltiplas ruralidades: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. 1999. 205 f. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

XAVIER, M. & CASTILLO, R. A reprodução do atacado distribuidor como um elo entre os dois circuitos da economia urbana no Brasil. *GEOUSP –Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 29, PP. 3-17, 2011.